

**SANTA CASA DE MISERICORDIA DE
ALCOUTIM**

31 de Dezembro de 2017

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM

Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2017	31 Dez 2016	Variância
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	130.440,10	128.217,61	1,73%
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	0,00%
Propriedades de investimento	17.1	38.409,32	39.751,71	-3,38%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros	17.1	22.863,35	21.745,80	5,14%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
		191.712,77	189.715,12	1,05%
Ativo corrente				
Inventários		0,00	0,00	0,00%
Clientes		0,00	0,00	0,00%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	17.4	12.749,83	9.664,51	31,92%
Diferimentos	17.5	779,51	389,99	99,88%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	17.7	82.680,11	82.270,84	0,50%
		96.209,45	92.325,34	4,21%
Total do Ativo		287.922,22	282.040,46	2,09%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	17.8	99.435,60	99.435,60	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados	17.8	70.474,02	84.821,63	-16,92%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	79.824,04	79.647,57	0,22%
Resultado líquido do período	17.8	-3.506,32	-14.347,61	75,56%
Total dos fundos patrimoniais		246.227,34	249.557,19	-1,33%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	17.11	17.693,55	17.693,55	0,00%
		17.693,55	17.693,55	0,00%
Passivo corrente				
Fornecedores	17.9	5.953,13	4.693,07	26,85%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	17.10	782,54	242,98	222,06%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	3.2.10	7.948,68	0,00	0,00%
Diferimentos	17.5	4.956,00	5.680,98	-12,76%
Outras contas a pagar	17.11	4.360,98	20.619,24	-78,85%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		24.001,33	31.236,27	-23,16%
Total do Passivo		41.694,88	48.929,82	-14,79%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		287.922,22	298.487,01	-3,54%

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE
MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2017	2016	Variância
Vendas e serviços prestados		1.665,00	1.762,50	-5,53%
Subsídios, doações e legados à exploração	10	91.549,95	35.151,55	160,44%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-21.394,74	-18.940,78	-12,96%
Gastos com o pessoal	15	-42.839,59	-12.918,73	-231,61%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	17.15	1.408,89	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	17.15	18.240,75	17.589,84	3,70%
Outros gastos e perdas	17.16	-47.565,98	-33.082,47	-43,78%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.064,28	-10.438,09	110,20%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-5.202,54	-4.263,10	-22,04%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4.138,26	-14.701,19	71,85%
Juros e rendimentos similares obtidos	17.18	632,67	353,58	78,93%
Juros e gastos similares suportados	17.18	-0,73	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		-3.506,32	-14.347,61	75,56%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-3.506,32	-14.347,61	75,56%

(1) - Euro

Anexo

1. Identificação da Entidade

“Santa Casa de Misericórdia de Alcoutim”, contribuinte fiscal número 501813659, instituição sem fins lucrativos, com sede em rua da Misericórdia, 12 em Alcoutim. Tem como actividade o apoio social sem alojamento, C.A.E. 88990.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que houvesse comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012. As Demonstrações Financeiras de 2016, preparadas aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL, tem, assim, comparabilidade com as dos exercícios anteriores.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*"

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não se aplica.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Não se aplica.

3.2.5. Investimentos financeiros

As participações são registadas pelo custo de aquisição, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

3.2.6. Inventários

Não se aplica.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Não se aplica

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são

reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Financiamentos obtidos, em forma de subsídio/protocolos, das seguintes entidades:

- Município de Alcoutim: €76.959,19
- Freguesia Alcoutim Pereiro: €2.191,75
- IEFP: €20.951,14

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

- Movimentos ocorridos nas rubricas do activo fixo tangível e nas respectivas depreciações, conforme mapas seguintes:

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
:: Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	86.251,11	836,40	0,00	0,00	0,00	87.087,51
Equipamento básico	12.547,24	0,00	0,00	0,00	0,00	12.547,24
Equipamento de transporte	15.580,80	0,00	0,00	0,00	0,00	15.580,80
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	82.958,91	5.246,24	0,00	0,00	0,00	88.205,15
Outros ativos fixos tangíveis	1.429,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.429,75
Total:	198.767,81	6.082,64	0,00	0,00	0,00	204.850,45
:: Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	21.490,52	1.748,25	0,00	0,00	0,00	23.238,77
Equipamento básico	12.547,24	0,00	0,00	0,00	0,00	12.547,24
Equipamento de transporte	15.580,80	0,00	0,00	0,00	0,00	15.580,80
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	78.307,01	2.111,90	0,00	0,00	0,00	80.418,91
Outros ativos fixos tangíveis	1.567,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.567,75
Total:	129.493,32	3.860,15	0,00	0,00	0,00	133.353,47

Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
:: Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	86.251,11	0,00	0,00	0,00	0,00	86.251,11
Equipamento básico	12.547,24	0,00	0,00	0,00	0,00	12.547,24
Equipamento de transporte	15.580,80	0,00	0,00	0,00	0,00	15.580,80
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	93.746,84	4.185,82	9.982,50	0,00	0,00	82.958,91
Outros ativos fixos tangíveis	1.429,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.429,75
Total:	209.555,74	4.185,82	9.982,50	0,00	0,00	198.767,81
:: Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2016
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00

6. Ativos Intangíveis

Não se aplica

7. Locações

Não se aplica

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Não se aplica

9. Inventários

Não se aplica

10. Rédito

Para o período de 2017 foram reconhecidos Réditos no valor de €1.665,00, sendo:

- Quotizações: 1.365,00
- Serviços Secundários: 300,00

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Passivos contingentes

Ativos contingentes

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

14. Imposto sobre o Rendimento

15. Benefícios dos empregados

- Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.
- Número médio de pessoas ao serviço nos quadros da Instituição: 2
- Número médio de pessoas ao serviço no âmbito de CEI's: 4

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

No exercício de 2017, a Entidade detinha os seguintes “*Investimentos Financeiros*”:

- Participações de capital: €1745,80
- Outros investimentos financeiros: €21.117,55

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

17.3. Clientes e Utentes

17.4. Outras contas a receber e a pagar

A rubrica “*Outras contas a receber*” apresentava, em 31 de Dezembro de 2017, um valor de €12.749,83:

- Devedores e credores diversos: €9.796,74
- Adiantamentos ao pessoal: €14,27 (valor regularizado após encerramento do exercício)
- Devedores por acréscimo de rendimentos: €2.938,82

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

- Outras despesas com custo diferido: €779,51
- Outros rendimentos a reconhecer: €4.956,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

- Não se aplica

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

Constituição da rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” a 31 de Dezembro de 2017:

- Caixa: €355,44
- Depósitos à ordem: €15.270,67
- Outros depósitos: €67.054,00

17.8 Fundos Patrimoniais

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos da seguinte forma:

- Fundos: €99.435,60
- Resultados transitados: €70.474,02
- Outras variações patrimoniais: €79.824,04
- Resultado líquido do período: € (3.506,32)

17.9 Fornecedores

O saldo composto pela conta Fornecedores c/c, €5.953,13.

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” é composta pelo saldo da conta :

- Contribuições segurança social: 584,53€ (contribuições de dezembro de 2017 a pagar em janeiro de 2018 (€588,57) – valor pago a mais em 2016, a regularizar, (€4,04).

17.11 Outras Contas a Pagar

- Fornecedores de Investimentos: €17.693,55, passivo não corrente;
- Devedores e Credores por Acréscimos: €4.360,98, passivo corrente

17.12 Outros Passivos Financeiros

- Não se aplica.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

- A Entidade reconheceu, no período de 2017, subsídios, doações, heranças e legados no valor total de €91.549,95, sendo:
- Município de Alcoutim: €71.232,68
- Freguesia Alcoutim Pereiro: €2.191,75
- IEFP: €18.125,52

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos", no valor total de €21.394,74 é:

- Serviços especializados: €12.601,88
- Materiais: €407,02
- Energia e fluidos: €80,06
- Deslocações e estadas: €5.510,93
- Serviços diversos: €2.794,85

17.15 Outros rendimentos e ganhos

Rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", €18.240,75, a saber:

- Rendimentos suplementares: €1.239,16
- Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros: €13.674,00
- Outros - Imputação de subsídios para investimento: €2.214,28
- Outros - €1.113,31

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica "Outros gastos e perdas", €47.565,98, é composta por:

- Quotizações: €60,00
- Donativos: €4.129,88
- Correções relativas a períodos anteriores: €748,81
- Outros (benefícios processados): €42.627,29

17.17 Resultados Financeiros

Foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

- Gastos: 0,73
- Rendimentos: €632,67

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Alcoutim, 16 de Março de 2018



ACC
(14/5/6)

A smaller handwritten signature in black ink, consisting of a few loops and a vertical stroke, is located to the right of the main seal.



MFB

Relatório de Atividades de 2017

No ano de 2017, a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim para além de outras atividades a grande tónica da nossa operação prendeu-se com a execução de Protocolos existentes entre a nossa Instituição e o Município de Alcoutim.

O ano Económico de 2017 resultou num total de gastos no valor de 117.003,58€ (cento e dezassete mil e três euros e cinquenta e oito cêntimos) e de ganhos no valor de 113.497,26€ (cento e treze mil e quatrocentos e noventa e sete euros e vinte e seis cêntimos), com um resultado Líquido negativo no valor de 3.506,32€ (três mil quinhentos e seis euros e trinta e dois cêntimos).

Dos protocolos, os quais foram objetivo do nosso trabalho destacam-se os seguintes:

- Acordo de Colaboração para assistência dos Municípes ao nível da Saúde Oral;
- Acordo de Colaboração para a receção de Emissões Televisivas a sete povoações do concelho;
- Acordo de Colaboração para a Manutenção da viatura utilizada na realização de funerais;
- Protocolo de Integração Profissional de Municípes de maior vulnerabilidade à exclusão social – Paróquias.
- Acordo de Colaboração da Fisioterapia;



Além disso contratámos para estágio Profissional, através do Programa de Estágios do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), uma assistente social e também contratámos quatro municipais para trabalhar nas Paróquias do concelho e outros serviços através do Contrato Emprego Inserção mais. A ocupação destas pessoas teve em conta por um lado a vontade da Misericórdia em proporcionar mais qualidade de vida a estes municipais.

Foram ao longo do ano fornecidos alimentos a famílias carenciadas, assim como outros bens considerados de primeira necessidade. Na parte da animação fizemos a nossa excursão anual, o almoço de Natal e mais uma vez estivemos presentes nas festas da Vila com a nossa Quermesse.

O Provedor:

O Secretário:

Maria José Banadas.

O Tesoureiro:

Rui Rodrigues

Ata da reunião ordinária da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, no salão Polivalente sito na rua D. Sancho II, presidida pela irmã Maria Raluca Estevão Pereira Rodrigues e secretariada pela irmã Maria Augusta Faustino Madeira Barros, conforme o artigo 20.º do Compromisso da 3ª reunião da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Ponto um: Discussão e votação do Relatório de Atividades e Conta de Gestão do ano de dois mil e dezoito;

— Ponto dois: Assuntos diversos

— Aberta a sessão pelas dezoisete horas e trinta minutos, com a presença de dezoito irmãos dos duzentos e vinte e seis inscritos na instituição, pelo que decorrido trinta minutos a sessão funcionou legalmente conforme a convocatória que dizia: "A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, desde que tal cominação seja determinada na convocatória.", de acordo com o artigo 24.º N.º 1 do Compromisso da Santa Casa da

Misericórdia do Alcoutim:

- Foi lida, pela senhora Presidente da Assembleia a ata da reunião anterior e colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade:

- lida a ordem de trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Provedor que passou a apresentar o ponto número um: conta do Gerência e Pelatário de Atividades do ano de dois mil e dezassete, referindo o total dos rendimentos: cento e treze mil quatrocentos e noventa e sete euros e vinte e seis cêntimos, dos gastos: cento e dezassete mil e três euros e cinquenta e oito cêntimos, verificando-se um resultado líquido negativo do exercício de três mil quinhentas e seis euros e trinta e dois cêntimos.

- O saldo bancário a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete era de cento e três mil setecentos e oitenta e dois euros e onze cêntimos distribuídos pelas instituições bancárias a seguir discriminadas: Caixa Geral de Depósitos, conta ~~geral~~ à ordem, mil cento e vinte e sete euros e sessenta e nove cêntimos; Caixa Geral de Depósitos, conta das Protocolos à ordem, catorze mil cento e oitenta e dois euros e noventa e oito cêntimos; na Caixa Gest. Líquidez: sessenta mil duzentos e setenta e cinco euros e cinco cêntimos; Caixa a favor do Paup. mais: seis mil setecentos e setenta

e oito euros e noventa e cinco cêntimos. Obrigações do Tesouro: vinte e um mil e sessenta e dois euros; em numerário como fundo de manei: trezentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos.

— No que diz respeito ao Relatório de Atividades de dois mil e dezaesete, o senhor Provedor começou por dizer que as principais atividades da Santa Casa continuaram como em anos anteriores, a ser desenvolvidas através de Protocolos existentes com o Município de Alcoutim, os quais se enunciam de seguida:

- Protocolo de Integração Profissional de Municipais de maior vulnerabilidade à exclusão social - Paróquias.

- Acordo de Colaboração para assistência dos Municipais ao nível da Saúde oral;

- Acordo para a recepção de emissões Televisivas a sete povoações do concelho;

- Acordo de Colaboração para a Manutenção da viatura utilizada na realização de funerais;

- Acordo de Colaboração da Fisioterapia.

— Além destes protocolos a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim também proporcionou uma viagem/peregrinação aos irmãos da Santa Casa, assim como um almoço Convívio na época do Natal e também colaborou nas festas de setembro do concelho com a Quermesse.

— Como é habitual e sempre que nos deparamos com situações graves de dificuldades económicas, prestamos apoio com

B

ajuda material e produtos de mercearia/alimentícios a munícipes do concelho. —

— Apresentado o Relatório de Atividades e as contas do Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Alcoutim do ano de dois mil e dezassete, a senhora Presidente colocou os mesmos à votação, tendo sido ~~aprovados~~, digo, aprovados por unanimidade.

— No ponto dois: assuntos diversos, o Senhor Provedor informou os irmãos que neste ano vai haver eleições para os corpos sociais da Santa casa da Misericórdia de Alcoutim. —

— Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas dezasseis horas e trinta minutos, da qual se mandou lavrar a presente ata que, vai ser assinada pela Senhora Presidente, Maria Raimunda Pereira Esteves Rodrigues e eu, Maria Augusta Faustino Madeira Narciso, que a secretarei, subscrevi e assino. —

A Presidente: Maria Raimunda Pereira Esteves Rodrigues

A Primeira secretária: Maria Augusta Faustino Madeira Narciso

Ata número um de dois mil e dezoito

- Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, nesta vila do Alcoutim e Santa Casa da Misericórdia, em sessão ordinária, reuniu o Definitório desta instituição, estando presentes os seus membros efetivos: Presidente - Maria Cândida Cavaco Xavier Joaquim, segundo membro efetivo - Rosa Maria Revez, com um ponto único na ordem de trabalhos:

- Apreciação da conta de Gerência e Relatório de Atividades, referentes ao exercício do ano de dois mil e dezassete.

- Foi aberta a sessão pela senhora presidente a qual examinou os elementos da contabilidade verificando a sua exatidão, assim como o cumprimento dos seus estatutos, tendo deliberado o seguinte:

Parcecer do Definitório

(Conselho Fiscal)

- Dando obediência ao preceituado nos estatutos da Santa Casa da Misericórdia do Alcoutim, cabe ao respetivo Definitório apresentar o parecer sobre a Conta de Gerência e Relatório de Atividades da Mesa Administrativa respeitante ao exercício de dois mil e dezassete.

- Após uma análise cuidada dos elementos e com conhecimento da atividade da mesa, o Definitório

deliberou por unanimidade propor à Assembleia Geral que, aprove o relatório de contas da mesa Administrativa, referente ao exercício de dois mil e dezassete.

—E não havendo nada mais a tratar se encerrou a presente sessão e dela foi lavrada a presente ata, que depois de lida em voz alta, apreciada, votada e achada conforme, vai ser assinada por todos os que nela intervieram.

A Presidente: José de Carvalho

O segundo efetivo: Rosa efânia

